CARTA ANUAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA CORPORATIVA



ANO-BASE 2020



MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

Ministro de Estado

Bento Albuquerque

Secretária Executiva

Marisete Fátima Dadald

Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral

Pedro Paulo Dias Mesquita

SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Alexandre Vidigal de Oliveira

Conselheiros

Esteves Pedro Colnago

Geraldo Medeiros de Morais

Lilia Mascarenhas Sant'Agostino

Cássio Roberto da Silva (representante dos empregados)

Fernando Antônio Freitas Lins (conselheiro independente) (a partir de 11/09/2020)

DIRETORIA EXECUTIVA

Diretor Presidente

Esteves Pedro Colnago

Diretor de Hidrologia e Gestão Territorial

Alice Silva de Castillo (a partir de 15.07.2020)

Antônio Carlos Bacelar Nunes (até 15.07.2020)

Diretor de Geologia e Recursos Minerais

Marcio José Remédio (a partir de 19.02.2020)

José Leonardo Silva Andriotti (até 19.02.2020)

Diretor de Infraestrutura Geocientífica

Paulo Afonso Romano (a partir de 30.04.2020)

Fernando Pereira de Carvalho (até 30.04.2020)

Diretor de Administração e Finanças

Cassiano de Souza Alves

CONSELHO FISCAL

Titulares

Frederico Bedran Oliveira (Presidente do Conselho Fiscal)

José Luiz Ubaldino de Lima

Sergio Alonso da Costa (a partir de 20.08.2020)

Suplentes

Samir Nahass - representante do Ministério de Minas e Energia.

Daniel Alves Lima - representante do Ministério de Minas e Energia.

Priscila de Souza Cavalcante de Castro - representante do Tesouro Nacional.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA SECRETARIA DE GEOLOGIA, MINERAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO MINERAL COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS – CPRM SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL

POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNANÇA CORPORATIVA

Carta anual 2021 | ano-base 2020



Rio de Janeiro 2021

ORGANIZAÇÃO

Governança

Juliano de Souza Oliveira Laura Estela Madeira Carvalho Dayse Mara Gonçalves Lavra Flavio Jorge Santos da Hora Luzia Cristina Valente Rodrigues Diego Panazio Zeitune

PROJETO GRÁFICO / EDITORAÇÃO

Divisão de Editoração Geral – DIEDIG Valter Alvarenga Barradas

Agmar Alves Lopes

SUMÁRIO

| 1 - APRESENTAÇÃO | 7 |
|---|----|
| 1.1 - Identificação Geral | 7 |
| 2 - INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS | 8 |
| 2.1 - Quem Somos | 8 |
| 2.2 - Propósito e Competências | 9 |
| 3 - POLÍTICAS PÚBLICAS | 11 |
| 3.1 - Principais Realizações do Planejamento Estratégico – Objetivos e Metas | 12 |
| 3.1.1 - Valor Público | 13 |
| 3.1.2 - Valor para Clientes e Usuários | 13 |
| 3.1.3 - Principais Resultados | |
| 3.1.4 - Programa Plurianual | 15 |
| 3.2 - Parcerias Estratégicas | |
| 3.2.1 - Nacionais | |
| 3.2.2 - Cooperação Internacional | |
| 3.3 - Centro de Desenvolvimento Tecnológico (CEDES) | |
| 3.4 - Rede LAMIN de Laboratórios | |
| 3.5 - Acervos Físico, Digital e o Journal of the Geological Survey of Brazil | |
| 3.6 - A CPRM e os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) | |
| 3.7 - Recursos para Custeio | |
| 3.8 - Remuneração Administradores | 25 |
| 3.9 - Impactos Econômico-Financeiros da Operacionalização das Políticas Públicas | |
| 3.9.1 - Levantamento Geológico, Geoquímico e Geofísico do Território Brasileiro | |
| 3.9.2 - Áreas de Relevante Interesse Mineral (ARIM) | |
| 3.9.3 - Recursos Minerais Estratégicos e Agrominerais | 26 |
| 3.9.4 - Geologia Marinha para Subsidiar a Política Nacional para os Recursos do Mar | 27 |
| 3.9.5 - Monitoramento Hidrológico e Hidrogeológico | |
| 3.9.6 - Ampliação do Conhecimento e da Oferta Hídrica do País | |
| 3.9.7 - Levantamento da Geodiversidade | |
| 3.9.8 - Alertas e Prevenção de Desastre Naturais | 28 |
| 3.9.9 - Recuperação Ambiental – Bacia Carbonífera de Santa Catarina | 29 |
| 3.10 - Comentários dos Administradores | 32 |
| 4 - GOVERNANÇA CORPORATIVA | 33 |
| 5 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO | 35 |

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Serviço Geológico do Brasil – CPRM iniciou 2020 fortalecido com as conquistas obtidas em seus 50 anos de história na prestação de serviços para a sociedade brasileira, consolidadas por muito trabalho na geração de conhecimento geocientífico. Sua nobre missão objetiva subsidiar a formulação de políticas públicas nas áreas de Recursos Minerais, Recursos Hídricos e de Prevenção de Riscos Geológicos, com o compromisso do desenvolvimento sustentável do Brasil.

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma instituição vinculada ao Ministério de Minas e Energia, pela Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, inicialmente criada como empresa de economia mista pelo Decreto-Lei nº 764, de 15 de agosto de 1969, transformada em empresa pública com atribuições e responsabilidades de Serviço Geológico do Brasil – SGB pela Lei nº 8.970, de 28/12/1994. Com atuação nas áreas de geologia e recursos minerais, monitoramento e pesquisa de águas superficiais e subterrâneas, risco geológico e geodiversidade, cabe ao Serviço Geológico do Brasil – CPRM mapear todo o território brasileiro e suas riquezas naturais, visando o uso sustentável destas, contribuindo para o planejamento o ordenamento do território urbano e rural, além de fornecer informações que podem minimizar as perdas de vidas e materiais causadas por desastres naturais.

O compromisso do SGB/CPRM com a sociedade pode ser evidenciado pelos valores públicos gerados nos seus produtos, definidos no Planejamento Estratégico da Empresa, concebido com o objetivo de colaborar com o ordenamento territorial e uso racional dos recursos naturais, com a prevenção e mitigação das consequências dos desastres naturais, com o desenvolvimento do setor mineral de forma sustentável e com o aumento da disponibilidade hídrica em regiões do semiárido brasileiro.

Os desafios impostos ao mundo em 2020, com a pandemia da COVID-19, trouxeram incertezas e desafios nunca dantes enfrentados, mas que, convictos dos propósitos do SGB/CPRM, foram tratados com muita resiliência e propiciaram muito aprendizado. E assim, especialmente em 2020, cabe ressaltar que os resultados conquistados pelo Serviço Geológico do Brasil só foram possíveis graças ao esforço e à dedicação de todos os empregados, colaboradores e gestores, que fizeram e fazem parte de sua história.

Diante do cenário adverso marcado pela pandemia, algumas atividades tiveram que ser suspensas, outras readequadas, seja pela restrição orçamentária, seja pelo distanciamento social que se fazia necessário para a preservação da saúde.

No entanto, a empresa entendeu e tratou com necessário destaque, a imperiosa tarefa da operação dos 16 Sistemas de Alerta de Cheias e Inundações, representando essa uma elevada contribuição social da empresa, atendendo atualmente 63 municípios brasileiros e mais de 7 milhões de pessoas que estão expostas a inundações.

Quanto aos levantamentos geológicos básicos, no ano de 2020 foram alcançadas as seguintes marcas, nas escalas de 1:250.000 e 1:100.000, respectivamente: Brasil: 48% e 26%; Território não-Amazônico: 63% e 53%; e Território Amazônico: 37% e 7%.

A parceria com outros órgãos governamentais em diversas esferas, empresas e/ou a academia integra as atividades estratégicas da CPRM. Assim, a empresa coopera, entre outros, com a Agência Nacional de Águas (ANA), atuou junto à prefeitura de Maceió e a governo estaduais e Ministério Público, evidenciado o enorme potencial do SGB/CPRM para o cumprimento de sua missão institucional com expansão das entregas à sociedade e aos empreendedores. Sempre ampliando conhecimento e incorporando parâmetros que assegurem a sustentabilidade aos processos e produtos finais.

Essa busca por parcerias com a iniciativa privada e a academia foi intensificada em 2020, destacando-se o projeto relevante de cooperação com a Vale S/A, envolvendo contrapartida em recursos humanos e materiais entre o SGB/CPRM, as universidades de Brasília (UNB) e de São Paulo (USP) e o Observatório Nacional. Tal cooperação vai propiciar uma integração necessária e oportuna entre o mercado e o meio acadêmico, gerando uma série de benefícios.

No âmbito de parcerias já existentes, houve a renegociação dos recursos pactuados com a Petrobrás, motivada pelo cenário do setor de óleo e gás no início de 2020, agravado pela pandemia. Assim, em comum acordo os empreendimentos foram readequados, gerando quatro Termos de Cooperação assinados entre SGB/CPRM – FAAC – Petrobrás, para elaboração dos projetos executivos correspondentes.

O SGB/CPRM está executando um Plano de Reestruturação que consiste no desenvolvimento de um novo desenho organizacional para a empresa, com vistas ao aprimoramento da eficiência e efetividade da organização, baseado nas modernas práticas gerenciais. O fortalecimento do Serviço Geológico do Brasil como uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT) é um dos principais pilares da Reestruturação, sendo um compromisso da Diretoria Executiva.

Com o objetivo de dar transparência à atuação do SGB/CPRM no exercício de 2020 no cumprimento de sua missão, o Conselho de Administração apresenta a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa.

Presidente do Conselho de Administração

1 - APRESENTAÇÃO

Em conformidade com o art. 8°, inciso I, III e VIII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; com o art. 13, incisos I e VIII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016; e com o art. 99, inciso I, do Estatuto Social da CPRM, o Conselho de Administração subscreve a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa de 2021, elaborada com base nos objetivos estratégicos alcançados no exercício social de 2020.

1.1 - IDENTIFICAÇÃO GERAL

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais – CPRM é uma empresa pública vinculada ao Ministério de Minas e Energia – MME, com atribuições do Serviço Geológico do Brasil – SGB, que ao longo dos seus cinquenta anos vem contribuindo para melhoria da qualidade de vida da sociedade brasileira e para o desenvolvimento sustentável do Brasil.

Tabela 1 - Identificação da Empresa

| CNPJ | 00.091.652/0001-89 NIRE 5330000166-9 |
|------------------------|---|
| Sede | Brasília/DF |
| Tipo de Estatal | Empresa Pública de Direito Privado |
| Acionista Controlador | União, por meio do Tesouro Nacional / Acionistas de Direito Público Privado |
| Tipo Societário | Sociedade por Ações |
| Tipo de Capital | Fechado |
| Abrangência de Atuação | Nacional e no Exterior |
| Setor de Atuação | Pesquisa, estudos e desenvolvimento do conhecimento das Geociências |
| | |

Auditores Independentes Exercício 2020:

RUSSELL BEDFORD BRASIL AUDITORES INDEPENDENTES S/S 2 CRC RS 5.460/O-0 "T" SP Luciano Gomes dos Santos Contador 1 CRC RS 059.628/O-2 Sócio Responsável Técnico

Tabela 2 - Conselheiros de Administração subscritores da Carta Anual de Políticas Públicas

| CONSELHEIROS | | | |
|---|--|--|--|
| Lilia Mascarenhas Sant´Agostino (MME) (presidente) | | | |
| Esteves Pedro Colnago | | | |
| Geraldo Medeiros de Morais (ME) | | | |
| Cassio Roberto da Silva (representante dos empregados) | | | |
| Fernando Antônio Freitas Lins (conselheiro independente) (a partir de 11/09/2020) | | | |

Data de divulgação: agosto de 2021

Tabela 3 - Administradores subscritores da Carta Anual de Governança Corporativa

| CARGO | DIRETORES |
|---|-------------------------|
| Diretor-Presidente | Esteves Pedro Colnago |
| Diretora de Hidrologia e Gestão Territorial | Alice Silva de Castillo |
| Diretor de Infraestrutura Geocientífica | Paulo Afonso Romano |
| Diretor de Administração e Finanças | Cassiano de Souza Alves |
| Diretor de Geologia e Recursos Minerais | Marcio José Remédio |

Data de divulgação: agosto de 2021

2 - INTERESSE PÚBLICO SUBJACENTE ÀS ATIVIDADES EMPRESARIAIS

2.1 - QUEM SOMOS

A Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), empresa pública de capital fechado, constituída pela União e vinculada ao Ministério de Minas e Energia, tem por objeto as atribuições do Serviço Geológico do Brasil (SGB). A empresa é dotada de personalidade jurídica de direito privado e é regida pelo estatuto aprovado em 05 de dezembro de 2017, por sua Assembleia Geral Extraordinária, especialmente, pelo Decreto nº 767, de 15 de agosto de 1969, pela Lei nº 8.970, de 28 de dezembro de 1994, Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto Federal nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 e demais legislações aplicáveis.

Para o cumprimento de sua missão institucional, a CPRM conta com infraestrutura operacional instalada em todo o país, somando oito Superintendências Regionais:



- Rede LAMIN 20 laboratórios analíticos e de preparação de amostras;
- Rede de Litotecas 10 Litotecas acervo litológico constituído por testemunhos de sondagem, amostras de rochas, alíquotas geoquímicas, lâminas petrográficas e por materiais de geologia marinha;
- Rede Ametista rede de bibliotecas para atendimento on-line ou presencial, por meio do SEUS (Serviço de Atendimento ao Usuário); e
- Museu Ciências da Terra detém o maior acervo de fósseis e minerais da América do Sul.

2.2 - PROPÓSITO E COMPETÊNCIAS

A Constituição Federal destaca a eficiência como um dos princípios a serem seguidos pela administração pública, na implementação das políticas e dos programas com foco no melhor resultado do gasto público para a sociedade.

O SGB/CPRM tem suas atividades aderentes à Constituição Federal Brasileira, conforme descrito nos artigos:

- Art. 20. (Bens da União): os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; os potenciais de energia hidráulica; os recursos minerais, inclusive os do subsolo e as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e préhistóricos.
- Art. 21. (Compete à União): elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social; organizar e manter os serviços oficiais de estatística, geografia, geologia e cartografia de âmbito nacional; planejar e promover a defesa permanente contra as calamidades públicas, especialmente as secas e as inundações; instituir sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos e definir critérios de outorga de direitos de seu uso.
- Art. 176. (Recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica constituem propriedade distinta da do solo): prevê a União como detentora das jazidas, em lavra ou não, e demais recursos minerais e os potenciais de energia hidráulica, encontrados em solo nacional.
- Emenda Constitucional nº 85, de 2015 Art. 218: Considerando a Ciência, Tecnologia e Inovação como prioridade, concede tratamento preferencial às atividades de pesquisa científica básica e tecnológica, cumprindo o papel do Estado em promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação.

Em resposta às mudanças inerentes ao cenário moderno, complexo e desafiador, o SGB/CPRM tem evoluído a fim de tornar sua missão e visão mais claras e adequadas às demandas da sociedade, do governo e da esfera privada.



MISSÃO

Gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do Brasil.



VISÃO

Ser referência na geração de conhecimento e no desenvolvimento de soluções efetivas em Geociências para o bem-estar da sociedade brasileira.



VALORES

- Gestão Ética e Transparente;
- Excelência Técnico-científica;
- Capacitação e Treinamento;
- Responsabilidade Social e Consciência Ecológica/ Sustentabilidade;
- Geociências para a Saúde, Segurança e Bem-Estar da Sociedade;
- Água Bem Vital e Estratégico; e
- Saúde, Segurança e Bem-estar dos empregados.

As atividades desenvolvidas pelo SGB/CPRM têm como objetivo primordial a atuação em diversas áreas intrínsecas às geociências, sintetizadas em três grandes linhas:

- Geologia e Recursos Minerais;
- Geologia Aplicada e Ordenamento Territorial; e
- Hidrologia e Hidrogeologia.

Suas atribuições, como Serviço Geológico do Brasil, definidas pela Lei nº 8.970 de 1994, são:

- Subsidiar a formulação da política mineral e geológica, participar do planejamento, da coordenação e executar os serviços de geologia e hidrologia de responsabilidade da União em todo o território nacional;
- Estimular o descobrimento e o aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;
- Orientar, incentivar e cooperar com entidades públicas ou privadas na realização de pesquisas e estudos destinados ao aproveitamento dos recursos minerais e hídricos do País;
- Elaborar sistemas de informações, cartas e mapas que traduzam o conhecimento geológico e hidrológico nacional, tornando-o acessível aos interessados;
- Colaborar em projetos de preservação do meio ambiente, em ação complementar à dos órgãos competentes da administração;
- Realizar pesquisas e estudos relacionados com os fenômenos naturais ligados à terra, tais como terremotos, deslizamentos, enchentes, secas, desertificação e outros, bem como os relacionados à paleontologia e à geologia marinha; e

 Dar apoio técnico e científico aos órgãos da administração pública federal, estadual e municipal, no âmbito de sua área de atuação.

3 - POLÍTICAS PÚBLICAS

Dada a sua natureza jurídica de Empresa Pública, o beneficiário final dos resultados produzidos pelo SGB/CPRM é a sociedade brasileira. A missão do SGB/CPRM é, portanto, gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável do país.

Para isso, a empresa atua em diversas áreas intrínsecas às geociências, sintetizadas em três grandes linhas de atuação: Geologia e Recursos Minerais; Geologia Aplicada e Ordenamento Territorial; Hidrologia e Hidrogeologia, refletidos em seu Planejamento Estratégico e alinhado com:

- Programa Mineração e Desenvolvimento PMD 2020-2023 (Portaria MME nº 354 de 28 de setembro de 2020);
- No Plano Plurianual PPA 2020-2023 Lei nº 13.971/2019; e
- Plano Nacional de Mineração PNM 2030.

E, de forma multidisciplinar, no alinhamento da alocação orçamentária e financeira, com foco nos resultados dos gastos efetuados, nos programas de governo de vários ministérios, a saber:

- Ministério de Minas e Energia, ao qual é vinculado, no Programa de Governo Geologia,
 Mineração e Transformação Mineral (3002);
- Ministério da Defesa no Programa de Governo Oceanos, Zona Costeira e Antártida (6013);
 e
- Ministério do Desenvolvimento Regional nos Programas de Governo: Gestão de Riscos e Desastres (2218) e de Recursos Hídricos (2221).

Os produtos gerados pela empresa são de utilidade para um vasto espectro de atividades e segurança da sociedade que incluem:

• Desenvolvimento do setor mineral, estimulando os investimentos da iniciativa privada em prospecção e pesquisa mineral. O Brasil é um dos países de grande destaque do setor mineral mundial, com baixos investimentos e alto potencial de novas descobertas de bens minerais. O setor mineral – que compreende as etapas de geologia, mineração e transformação mineral – é a base de sustentação para diversas cadeias produtivas. O ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque, afirma que o setor hoje é responsável por quase 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB)¹. De acordo com os dados divulgados pelo Ministério de Minas e Energia (MME), o faturamento do setor mineral atingiu, em 2020, a casa dos R\$209 bilhões, superando as expectativas. Ainda segundo o MME:

¹ Fonte: site Governo do Brasil/mineração. Disponível em: https://www.gov.br/pt-br/noticias/financas-impostos-e-gestao-publica/2021/02/desempenho-do-setor-mineral-em-2020-supera-expectativas#:~:text=0%20faturamento%20do%20setor%20mineral,casa%20dos%20R%24%20209%20bilh%C3%B5es.

Dados estatísticos confirmam a contribuição do setor mineral para um saldo positivo em relação ao comércio exterior em 2020. O aumento foi de 31%, passando de quase US\$25 bilhões, em 2019, para mais de US\$32 bilhões, em 2020.

O país destaca-se internacionalmente como produtor de nióbio, minério de ferro, bauxita e manganês, dentre outros. Para viabilizar avanços do setor mineral, todos os objetivos e ações previstos no Plano Nacional da Mineração 2010 – 2030 são da maior importância.

- Planejamento, gestão e ordenamento territorial com o aumento do conhecimento das adequabilidades e limitações ao uso do solo e do meio ambiente, no âmbito das geociências. Subsidiando a formulação de políticas públicas relacionadas à ocupação urbana e rural, infraestrutura e aproveitamento econômico sustentável dos recursos minerais e hídricos, em atenção aos Planos Diretores Municipais, Planos Estaduais de Desenvolvimento e Plano Nacional de Ordenamento Territorial.
- Segurança hídrica, de vidas e materiais, com destaque para o cunho social e econômico
 em relação à prevenção de desastres naturais, por meio da disponibilização de alertas de
 inundação que levam a mitigação dos efeitos das cheias, inundações e secas, assim
 como a identificação e monitoramento de áreas de risco geológico (inundações e
 deslizamentos). As ações foram planejadas com total aderência ao Plano Nacional de
 Recursos Hídricos, aos Planos Diretores de Bacias Hidrográficas, Zoneamento EcológicoEconômico, assim como ao Plano Nacional de Gestão de Riscos e Respostas a Desastres
 Naturais.

3.1 - PRINCIPAIS REALIZAÇÕES DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO - OBJETIVOS E METAS

A pandemia do COVID-19 fez do ano de 2020 um ano atípico, nos trazendo aprendizado e complexidade para, com garra e superação, realizar as entregas à sociedade. Por conta do distanciamento social, houve uma interrupção dos trabalhos de campo, impactando diretamente toda empresa, assim como a redução orçamentária. Por conta desses fatores, os Levantamentos Geoquímicos e a execução dos Levantamentos Aerogeofísicos não atingiram as metas planejadas para 2020².

No entanto, o ano foi marcado pela resiliência e assim grande parte da força de trabalho foi direcionada para conclusão de bases de dados, favorecida pelo regime de home office e do cancelamento das viagens de campo; e para o incremento das atividades virtuais. Assim, metas de algumas ações foram repactuadas, atingindo resultados acima do esperado. As atividades laboratoriais tiveram impacto com a redução dos números absolutos mas retornou a níveis próximos do período pré-pandemia, a partir de novembro de 2020.

Além disso, no exercício de 2020 foi iniciado o novo Plano Plurianual do governo federal para o período de 2020 a 2023. As novas metas do PPA provocaram o realinhamento do planejamento estratégico da empresa de forma a integrar com as políticas públicas.

A atualização do Planejamento Estratégico do SGB/CPRM (2020-2024) (...) teve como objetivo a geração de conhecimento e o desenvolvimento de soluções efetivas em

² Fonte: Relatório da Administração da CPRM 2020

POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNANÇA CORPORATIVA carta anual 2021 | ano-base 2020

geociências para o bem-estar da sociedade brasileira, permitindo torná-lo mais aderente à realidade da empresa, bem como à nova estrutura de planejamento do Governo Federal³.

 $^{^{3}}$ Fonte: Resultado do Mapa Estratégico da CPRM ano-base 2020

3.1.1 - VALOR PÚBLICO⁴

- Colaborar para o ordenamento territorial e uso sustentável dos recursos naturais
- Contribuir para a prevenção e mitigação das consequências dos desastres naturais
- Colaborar para o desenvolvimento das atividades no setor mineral
- Contribuir para o aumento da disponibilidade hídrica

3.1.2 - VALOR PARA CLIENTES E USUÁRIOS

- Gerar e ampliar o conhecimento geocientífico
- Disseminar o conhecimento geocientífico
- Realizar e promover estudos, pesquisa e inovação em geociências

3.1.3 - PRINCIPAIS RESULTADOS

Em função da pandemia, as atividades de campo de levantamento geológico e geoquímico foram suspensas, tendo sido adotado estratégias para correção de rumo e pactuadas novas entregas. Também em 2020, não houve disponibilidade orçamentária para os levantamentos aerogeofísicos. A readequação possibilitou a conclusão de produtos técnicos, uma vez que as atividades de campo foram suspensas. ⁵

A seguir, apresenta-se, no Gráfico 1, o desempenho do SGB/CPRM para o ano de 2020, sendo este fruto de adaptações realizadas em função das condições impostas pela pandemia. Esse desempenho é contabilizado por meio dos resultados obtidos no ano, de acordo com as metas e objetivos nas perspectivas de valor público e de clientes/usuários definidos em seu planejamento estratégico.

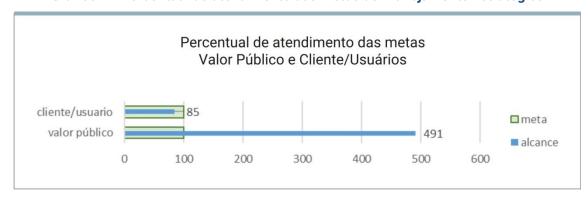


Gráfico 1 - Percentual de atendimento das metas do Planejamento Estratégico

⁴ Fonte: MAPA ESTRATÉGICO DO SERVIÇO GEOLÓGICO DO BRASIL | 2020 - 2024

⁵Fonte: SUPLAN – Acompanhamento dos Indicadores Estratégicos – 4ª. Trimestre de 2020

Fonte: Plano Estratégico do SGB/CPRM 2020-2024

Diante do cenário pandêmico, a diretoria do SGB/CPRM estabeleceu diretrizes para estimular o uso da tecnologia digital disponível com o foco na conclusão e disponibilização de produtos técnicos e bases de dados geocientíficos, assim como a melhoria dos mecanismos de gestão, a implementação de treinamentos *on-line*, criação de fóruns para promover maior interação entre as equipes e a definição de novas estratégias para divulgação ao público externo do conhecimento gerado.

Figura 1 - Principais resultados de 2020

DESASTRES NATURAIS Mitigação de 63 Municípios 77 Municípios Treinamento para percepção com mapeamento com Sistema consequências de Alerta de de risco e prevenção para prevenção desastres Cheias de desastres e Inundações naturais (118% meta) (100% meta) **SETOR MINERAL** 199 Pesquisas 108 Municípios metalogenéticas e de recursos Levantamento geológicos minerais estratégicos. sistemáticos - municípios críticos e agrominerais (110% meta) USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS 436 Municípios **5 Projetos** Geologia Meio Ambiente e Saúde + com mapeamento da Geodiversidade (2.907% meta) mapas de geodiversidade + cadastro geossitios OFERTA HÍDRICA 186 Estudos 4 Relatórios de Pesquisa hidrológicos e hidrogeológicos (18%) Levantamento geológico, oceanográfico e ambiental do potencial mineral do espaço marinho e costeiro (100%) ORDENAMENTO TERRITORIAL 79 Estudos 2.225.121km² de potencial para insumos minerais Área recoberta por levantamento e materiais rochosos para construção geológico sistemáticos e com integração civil (146% meta) do conhecimento geológicos regional (105% meta)

Fonte: Relatório Anual da Administração 2020

3.1.4 - PROGRAMA PLURIANUAL

No Plano Plurianual – PPA, são identificados os trabalhos estruturantes prioritários para o desenvolvimento sustentável e, entre esses trabalhos estruturantes, encontram-se os desenvolvidos pelo SGB/CPRM. São os mapeamentos geológicos básicos em diversas escalas,

os levantamentos hidrológicos (água superficial e subterrânea) e os trabalhos multidisciplinares com a combinação de temas que favorecem a exploração sustentável dos recursos minerais e hídricos com o menor impacto possível sobre o meio ambiente.

O Programa Plurianual para o período 2020-2023 (PPA 2020-2023) considera o arcabouço legal vigente, o contexto atual de restrição orçamentária e integra-se aos planejamentos estratégicos dos ministérios, avaliando as políticas públicas.

Neste contexto, o SGB/CPRM é responsável por seis programas de governo no PPA 2020-2023, que são implementados através da execução de 18 Ações Orçamentárias previstas na Lei do Orçamento Anual de 2020 (LOA 2020).

O PPA 2020-2023 estabeleceu, para o Programa Geologia, Mineração e Transformação Mineral, o Índice de Eficiência de Gestão Mineral – IEGM. Composto por metas distribuídas em 5 grupos, o SGB/CPRM atingiu, no geral, 90,48% das metas para o ano de 2020, conforme o resultado apresentado no Gráfico 2.



Gráfico 2 - Grupo de prioridades do MME que compõem o IEGM

Fonte: Resultado do Mapa Estratégico - Ano base 2020

As metas, simbolizadas no gráfico como um traço na cor preta, foram atingidas por três grupos do índice, sinalizados na cor verde. Outros dois grupos do índice, sinalizados na cor vermelha, tiveram desempenho abaixo da meta.

3.2 - PARCERIAS ESTRATÉGICAS

3.2.1 - NACIONAIS

O SGB/CPRM mantém parcerias estratégicas em nível federal, estadual e municipal, com órgãos responsáveis pela elaboração de políticas públicas e planejamento ligado ao desenvolvimento social, ambiental e econômico, contribuindo para a delimitação de áreas adequadas ao uso e ocupação da terra, apontando as áreas com aptidões ao desenvolvimento, preservadas e/ou recuperadas, além de contribuir para ações emergenciais decorrentes de desastres naturais.

Em 2020, também foram firmados acordos de cooperação científica entre a Vale S.A., o Serviço Geológico, a Agência para o Desenvolvimento da Indústria Mineral Brasileira (ADIMB), e diversas universidades nacionais e institutos de pesquisa para projetos de P,D &I.

O SGB/CPRM é parceiro da Rede Sismográfica do Brasil e auxilia na manutenção e expansão da rede, sendo o órgão oficial responsável pela divulgação de eventos sísmicos no país. São parceiros:

FEDERAL

Agência Nacional de Águas (ANA),

Agência Nacional de Mineração (ANM)

Agência Nacional de Petróleo (ANP)

Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN)

Consórcio ZEE Brasil (MMA)

Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA)

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

Centro de Tecnologia Mineral (CETEM)

Centro de Pesquisas (CENPES)

Centro Nacional de Gerenciamento de Riscos e Desastres (CENAD)

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN)

Defesa Civil Federal

Observatório Nacional (ON)

■ ESTADUAL

Secretarias estaduais (Planejamento, Mineração, Recursos Hídricos, Obras, Meio Ambiente e Defesa Civil), Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT), Instituto Geológico (IGSP), Cia. Baiana de Pesquisa Mineral (CBPM), Departamento de Recursos Minerais (DRM-RJ), Defesas Civis Municipais

UNIVERSIDADES

Universidades USP, UNESP, UNICAMP, UFRJ, UERJ, UFBA, UFPA, UFAM, UFPE, UFC, UFMG, UFOP, UFRGS e escolas.

Vinculada ao **Ministério de Minas e Energia**, e com o qual atua no Programa de Governo Geologia, Mineração e Transformação Mineral (3002), o SGB-CPRM atua com outros ministérios, numa ação integrada, seja para fins do cumprimento de sua missão. São eles o **Ministério da Defesa** no Programa de Governo Oceanos, Zona Costeira e Antártica (6013); e o **Ministério do Desenvolvimento Regional nos Programas de Governo**: Gestão de Riscos e Desastres (2218) e de Recursos Hídricos (2221).

3.2.2 - COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Com foco nos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela UNESCO, e seguindo as diretrizes da política exterior do governo brasileiro, o SGB/CPRM manteve negociações bilaterais em 2020 com o objetivo de executar projetos de pesquisa de interesse mútuo, tendo como parceiros Organizações de Serviços Geológicos, Organizações Não-Governamentais, Blocos Econômicos, como o Mercosul e o BRICS.

Em 2020, destacam-se os projetos de Faixa de Fronteira e da América do Sul:

- Finalização do Mapa Geológico do projeto Mapeamento Geológico e da Geodiversidade na Fronteira Brasil-Guiana
- Projeto Novo Mapa Geológico do Suriname
- Projeto Geologia e Recursos Minerais do Cráton Amazônico
- Projeto Mapa Hidrogeológico da América do Sul
- Projeto Waterproffing Data: Enganing Stakeholders in Sustaintable Governance of Floos Risk for Urban Resilience

A cooperação internacional inclui a transferência de tecnologia, em projetos de P,D&I, destacando-se:

- Projeto Pesquisa de Biocobalto por Lixiviação em Depósitos Lateríticos (Projeto Biocobalto) – com a Agência Alemã de Recursos Minerais do Instituto Federal de Geociências e Recursos Naturais (BGR / DERA).
- Lightweight Integrated Ground and Airborne Hyperspectral Topological Solution (Projeto LIGHTS) no âmbito do programa de financiamento da União Europeia para a Pesquisa e Inovação. São consorciadas do projeto as seguintes entidades: Faculté des Sciences et Technologies Universidade de Lorraine, Faculdade de Ciências Universidade do Porto; Laboratoire de Géologie de Lyon Universidade de Lyon I, Helmholtz-Zentrum Potsdam GFZ Centro Alemão de Pesquisa Geográfica, e Beak Consultants GmbH.
- Projeto Investigação da Dinâmica Fluvial de Grandes Bacias Hidrográficas: Aplicação de Tecnologia de Sensoriamento Remoto, via Satélite Orbital. Esse trabalho é desenvolvido em cooperação técnica internacional com o Instituto Francês de Pesquisa para o Desenvolvimento – IRD.
- Projeto "Estudos Hidroquímicos e Isotópicos", que está classificado no âmbito da pesquisa e inovação e constitui o insumo principal para instituir, no SGB/CPRM, o Centro Colaborativo de Isótopos para Hidrologia na América do Sul, com a chancela da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA).

3.3 - CENTRO DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO (CEDES)



CEDES

Uma das principais funções do CEDES são os projetos de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (P,D&I).

Durante o ano foram autorizados pela ANP, assinados e contratados, pela Petrobras, quatro Termos de Cooperação visando a contratação de projetos executivos:

- Projeto Executivo para Revitalização do Museu de Ciências da Terra e seus laboratórios associados;
- Projeto Executivo para a UNIDADE URCA da Rede SGB para Rochas e Fluidos de Bacias Petrolíferas;
- Projeto Executivo para implantação do Centro de Referência P,D&I em Geociências;
- Projeto Executivo para a UNIDADE CAETÉ da Rede SGB de P,D&I para Rochas e Fluidos de Bacias Petrolíferas.

O CEDES conta, atualmente, com três projetos de P,D&I de ciência:

- Quando múltiplos continentes colidem: superposição orogênica, nucleamento de zonas de cisalhamento e tectônica de escape no NE do Brasil, em parceria com o Instituto Serrapilheira;
- Em busca do registro da Terra Primitiva: proveniência de zircões detríticos de drenagens e rios atuais em seções Meso-Paleoarqueanas do Cráton São Francisco, financiado pelo CNPq; e
- "Herança orogênica no controle da deformação intraplaca e desenvolvimento de bacias sedimentares durante a abertura do Oceano Atlântico no NE do Brasil". O projeto é uma parceria do SGB/CPRM com a Petrobrás, com o apoio da Fundação de Apoio ao Desenvolvimento da Computação Científica (FACC)⁶.

Também neste ano, foi dado início ao processo de contratação de projeto de P,D&I na área de hidrogeologia:

 Apoiando o Abastecimento Sustentável de Água Subterrânea no Brasil / Supporting Sustainable Groundwater Supply Management in Brazil.

Previsto para ser iniciado em 2021, esse projeto receberá recursos do *Newton Fund*, órgão de fomento internacional do Reino Unido, e prevê a participação de pesquisadores da UFPR, USP,

⁶ http://www.cprm.gov.br/publique/media/informacao_publica/convenios/convenios_2019/Principal_039CPRM2019.pdf

Queen's University Belfast e da Grenoble University – France, além do apoio do Instituto Água e Terra do Paraná e da Companhia de Saneamento SANEPAR.

As atuações em P,D&I certamente colocarão a CPRM em uma nova dimensão e permitirão ampliar a sua área de atuação e, o que é mais importante, o desenvolvimento de pesquisa em várias áreas das geociências, promovendo assim o desenvolvimento do setor mineral e de óleo e gás com impactos indiretos positivos na melhora da economia do país e aumento de empregos.

3.4 - REDE LAMIN DE LABORATÓRIOS

A **Rede LAMIN** é formada por 20 laboratórios classificados de acordo com a natureza dos serviços prestados: Laboratórios Analíticos, Laboratórios de Preparação de Amostras, além dos Laboratórios complementares: Hidroquímica e Microscopia Eletrônica de Varredura.

É também o laboratório oficial para determinação da qualidade das águas minerais que são pesquisadas e exploradas industrialmente no país, em atuação sob demanda da Agência Nacional de Mineração – ANM. Sua atuação se reflete de forma direta no setor de exploração e comercialização de água mineral, no setor industrial de bebidas, que se utiliza desse bem mineral como principal insumo na sua produção, bem como no setor turístico, em relação aos balneários distribuídos pelo país.

Todos os laboratórios analíticos da Rede LAMIN possuem Sistema de Gestão pela Qualidade – SGQ pela ISO/IEC17025 e com as linhas de atuação:

- Análises químicas e físico-químicas de material geológico (rochas, sedimento de corrente, solo e concentrados de bateia);
- Estudos *in lo*co de fontes hidrominerais por demanda da Agência Nacional de Mineração para classificação de águas minerais;
- Análises químicas e físico-químicas de água subterrânea e superficial para atendimento a projetos da CPRM e convênios;
- · Análises bacteriológicas de água;
- Preparação de amostras de material geológico (rochas, sedimento de corrente, solo e concentrados de bateia), para análises geoquímica e geocronológica; e
- Análises texturais, de composição e cristalográficas de materiais geológicos diversos por Difratometria de Raios X-DRX, Fluorescência de Raios-X- FRX e Microscopia Eletrônica de Varredura-MEV.

Em 2020, durante os meses de janeiro e fevereiro, o Laboratório de Hidroquímica de Recife (Lamin-RE) participou de campanhas de campo da Divisão de Geologia Marinha (Digeom), embarcado no navio Vital de Oliveira.

O laboratório analítico de Microscopia Eletrônica de Varredura (MEV) de Belém conseguiu manter uma produtividade consistente ao longo do ano.

3.5 - ACERVOS FÍSICO, DIGITAL E O JOURNAL OF THE GEOLOGICAL SURVEY OF BRAZIL

O acervo e o conhecimento geocientífico gerado e disseminado pelo SGB/CPRM está disponível à sociedade por meio do Museu de Ciências da Terra, de sua rede de litotecas, rede de bibliotecas com acervo temático em geociências e por meio digital, em repositório científico e sistemas especialistas.

A **Rede de Litotecas** contempla o acervo litológico constituído por testemunhos de sondagem, amostras de rochas, alíquotas geoquímicas, lâminas petrográficas e por materiais de geologia marinha. O rico conhecimento geológico do Serviço Geológico do Brasil (CPRM) está associado à uma grande quantidade amostral, que se encontra catalogada e estruturada em uma das unidades da Rede de Litotecas, o que permite que áreas já pesquisadas, que possam ter suas amostras reanalisadas e reestudadas com baixos custos de investimentos em coleta, otimizando recursos e fomentando a pesquisa mineral no país.

A Rede de Litotecas do SGB/CPRM é formada por 10 litotecas regionais localizadas nas cidades de Caeté (MG), Araraquara (SP), Porto Velho (RO), Manaus (AM), Belém (PA), Teresina (PI), Goiânia (GO), Mossoró (RN), Feira de Santana (BA) e Caçapava do Sul (RS).

Em 2020, ocorreu a aquisição, via doação, do *RockLab Digital*, da empresa Petrec. Esse sistema será a nova plataforma digital para gerenciamento do acervo da Rede de Litotecas. No entanto, devido à situação pandêmica, a disponibilização do acervo e a sequência de catalogação, consistência, acondicionamento e organização física dos materiais geocientíficos, foram paralisadas.

A Rede Ametista – Rede de Bibliotecas do SGB/CPRM, é composta por 13 unidades de informação especializadas em geociências, localizadas em: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza, Goiânia, Manaus, Porto Alegre, Porto Velho, Recife, Rio de Janeiro, Salvador, São Paulo e Teresina.

A **Rede Ametista** tem como missão integrar as bibliotecas do SGB/CPRM, promovendo a cooperação entre os seus membros, além de otimizar o intercâmbio de informação geocientífica e ampliar o acesso à pesquisa, subsidiando a demanda informacional da sociedade, com atendimento *on-line* ou presencial, por meio do SEUS (Serviço de Atendimento ao Usuário).

Neste exercício de 2020, o Serviço de Atendimento aos Usuários (SEUS) totalizou 5.888 atendimentos em todo Brasil e o Repositório Institucional de Geociências (RIGeo) disponibilizou um total de 1.122 documentos de acesso aberto.

Principais atividades desenvolvidas no período:

- Normalização bibliográfica de relatórios técnicos, atlas e publicações em geral.
- Solicitação de ISBN para publicações técnicas científicas

Em função das restrições impostas pela COVID 19, foi realizado o I Encontro Virtual da Rede de Bibliotecas, com participação da diretoria executiva, palestrantes convidados, funcionários, entre outros.

O Museu Ciências da Terra detém o maior acervo de fósseis e minerais da América do Sul. Nosso valioso acervo, um dos mais ricos da América Latina, é constituído por coleções de minerais, meteoritos, rochas, fósseis e documentos únicos relacionados à memória geológica. São mais de 10 mil amostras de minerais (brasileiros e estrangeiros) e de meteoritos,



além de 12 mil rochas e 35 mil fósseis catalogados. Nossa biblioteca contém em torno de 100 mil volumes de publicações relacionadas à área de geociências. Há ainda uma linda biblioteca infantil. Nestes espaços desenvolvemos oficinas e atividades educativas e culturais, proporcionando interação e entretenimento para o público. O acervo de paleontologia constituise de cinco principais subcoleções: Paleobotânica, Invertebrados, Peixes, Répteis e Mamíferos. O museu também conta com uma mostra de 60 meteoritos, dentre eles espécimes que compreendem achados brasileiros e estrangeiros.

O museu, no momento, encontra-se fechado para reformas de revitalização. No entanto, desenvolveu atividades diversas:

- Exposição Virtual Meu lugar na Terra Como parte da Política Nacional dos Museus, ao longo da 18ª Semana Nacional dos Museus (SNM), com o tema "Museus para a Igualdade: diversidade e inclusão";
- Participação junto ao Museu de Astronomia (MAST) O MCTer estreou 2020 com a participação na colônia de férias de 24 a 28 de janeiro, com oficina e atividades para a divulgação do acervo de minerais;
- I Encontro de Astrogeologia, com palestra sobre Astroblemas;
- Debate, *on-line*, com a instituição vizinha e antecessora, Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), sobre dinossauros e paleomagnetismo;
- Oficina sobre audiodescrição, como parte do Inclusão no MAST debates sobre acessibilidade em museus;
- Chuva de meteoritos O Serviço Geológico do Brasil (CPRM) e o MCTer acompanharam a repercussão sobre a chuva de meteoritos registrada no sertão de Pernambuco;
- Expedição Internacional Em março, ocorreu uma expedição à caverna colombiana La Tronera a convite do Serviço Geológico Colombiano (SGC), onde os paleontólogos Rafael Costa e Mylène Berbert-Born capacitaram os colombianos em espeleologia e paleontologia, e foram lançados os planos de ação de um Acordo de Cooperação, que envolverá capacitação, expedições de campo, seminários para a sensibilização do patrimônio geológico e espeleológico e ações de repatriação.

O **Acervo Digital** reúne todo o conhecimento produzido através dos projetos de mapeamento geológico sistemático, integração geológico-geofísico, integração regional e levantamentos geofísicos e geoquímicos é divulgado através de mapas, relatórios, e dados vetoriais e textuais, disponibilizados para consulta pública no portal de dados e informações do Serviço Geológico do Brasil:

- GeoSBG Sistemas de Informações Geográficas e bases de dados;
- RiGeo Repositório Institucional de Geociências;

- SACE Sistema de Alerta de Eventos Críticos;
- SIAGAS Sistema de Informações de Águas Subterrâneas;
- SGIH Sistema de Gerenciamento de Informações Hidrológicas;
- Mapas de Setorização e de Suscetibilidade a Riscos de Deslizamentos e Inundações;
- Sistema de Cadastro e Quantificação de Geosítios e de Sítios da Geodiversidade.

Em 2020, uma série de novos e relevantes produtos foram concluídos e estão disponibilizados para consulta e download nos sistemas e repositório do SGB/CPRM, sendo:

- inclusão de 14.638 novos pontos de água cadastrados e consistência de 16.548 poços;
- publicação de 104 conjuntos de arquivos vetoriais referentes a mapas publicados em diversos temas, tais como geológico, geológico-geofísico, de favorabilidade e de recursos minerais;
- incorporado ao GeoSGB informações de 14.332 afloramentos, 3.626 descrições petrográficas e cadastramento de 1.627 ocorrências de recursos minerais;
- 5 Atlas Geoquímicos; e
- Relatório com os resultados da quinta campanha de monitoramento especial do Rio Paraopeba, após o rompimento da Barragem B-1 da Mina Córrego do Feijão em Brumadinho (MG), em 2019.

Diante do expressivo volume de dados do SGB/CPRM, foi criado um *Núcleo de Data Science* voltado para o estudo de novas tecnologias GIS (Sistemas de Informações Geográgicas), computação científica de alto desempenho, automação de processos e *pipeline*⁷ de dados.

O SGB/CPRM é responsável pela publicação do **Journal of the Geological Survey of Brazil**, periódico eletrônico aberto, publicado quadrimestralmente (abril, agosto e dezembro), contando com revisão por pares. Essa publicação científica tem por objetivo a disseminação da pesquisa original de alta qualidade e revisões/análises aprofundadas de assuntos relevantes para as geociências no Brasil.

Em 2020, o *Journal* publicou 13 artigos sobre variados temas, como também passou a investir em mediação, ou seja, na divulgação de artigos já publicados com linguagem para público não especializado, e feito por meio audiovisual.

A publicação pode ser acessada em: https://jgsb.cprm.gov.br/index.php/journal/10.

3.6 - A CPRM E OS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS)

A Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU foi desenvolvida pela união dos principais líderes mundiais visando estabelecer um conjunto ações que possam ser aplicadas

⁷ Um pipeline de dados refere-se à série de etapas envolvidas na movimentação de dados do sistema de origem para o sistema de destino. Essas etapas incluem copiar dados, transferi-los de um local para a nuvem e organizá-los ou combiná-los com outras fontes de dados. (ASTERA, 2019)

POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNANÇA CORPORATIVA carta anual 2021 | ano-base 2020

em todo o continente para a erradicação da pobreza, proteção do planeta e garantir que as pessoas alcancem a paz e a prosperidade.

Em 2020, foram desenvolvidas ações que estimularam práticas sustentáveis dentro e fora da instituição, as quais foram elencadas a seguir, bem como a interação de seus técnicos com diversos setores da sociedade através de ações como: coleta seletiva de resíduos sólidos, bicicletário e *outsourcing* de impressão/digitalização.

Figura 2 - O SGB/CPRM e os ODS





3.7 - RECURSOS PARA CUSTEIO

A evolução orçamentária das ações empreendidas pelo SGB/CPRM, no período 2011-2020, demonstra um decréscimo nos últimos anos de suas atividades em comparação ao praticado nos anos anteriores. Em 2020, registrou-se uma redução de 40% do orçamento.

Vale ressaltar, que os recursos disponíveis foram utilizados, cumprindo, dessa forma, com suas obrigações legais, ocorrendo a execução orçamentária na ordem de 44 milhões na atividade-fim.

140.000 Em R\$ mil 120.000 100.000 80.000 60.000 40.000 20.000 0 2011 2012 2013 2014 2015 2016 2017 2018 2019 2020 Recursos Hídricos e Recuperação da Bacia Carbonífera Recursos Minerais e Geodiversidade Levantamentos Geológicos

Gráfico 3 - Execução orçamentária Atividade-Fim (2011-2020)

Fonte: Relatório Anual da Administração 2020

Em 2020, para o desenvolvimento de suas atividades, a empresa contou com recursos orçamentários brutos, acrescidos de crédito adicional no valor de R\$491 milhões, tendo utilizado o valor total de R\$472 milhões (96% do orçamento liberado), conforme apresentado no Gráfico 4.

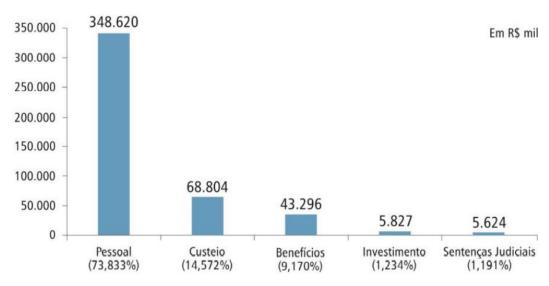


Gráfico 4 - Execução orçamentária por grupo de despesas

Fonte: Relatório Anual da Administração 2020

Além deste montante, o SGB/CPRM executou R\$29,3 milhões relativos à Destaques Orçamentários (repasse de outros órgãos da União), tendo como principal relevância a operação da Rede Hidrometeorológica com a Agência Nacional de Águas (ANA). O Gráfico 5 apresenta a distribuição dos recursos orçamentários em 2020.

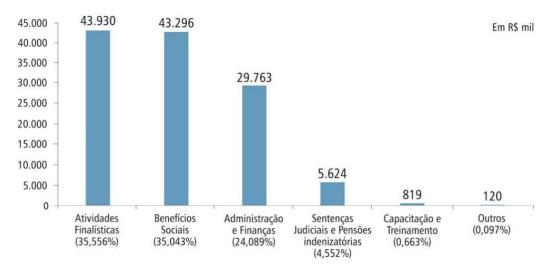


Gráfico 5. Execução orçamentária em custeio e investimento

Fonte: Relatório Anual da Administração 2020

É importante salientar que, do montante autorizado, o Tesouro Nacional tem uma participação de 99%, demonstrando que o SGB/CPRM desenvolve uma atividade típica de Estado, o que revela a sua importância para o setor mineral brasileiro.

3.8 - REMUNERAÇÃO ADMINISTRADORES

| COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS - CPRM | | | | | | |
|---|---|-----------------------|-------------------------------|--|--|--|
| Remuneração dos Administradores, Conselheiros Fiscais e Comitê de Auditoria | | | | | | |
| | Itens | Remuneração Mensal | Remuneração Exercício 2020 | | | |
| | Honorário Diretoria Executiva (5 Diretores) | 138.729,80 | 1.664.757,60 | | | |
| | Gratificação Natalina | 138.729,80 | 138.729,80 | | | |
| | Gratificação de Férias | 46.243,25 | 46.243,25 | | | |
| 5 | Auxílio Alimentação | 3.376,70 | 40.520,40 | | | |
| Diretoria Executiva | Plano de Saúde | 3.108,90 | 37.306,80 | | | |
| | Seguro de Vida | 1.954,25 | 23.451,00 | | | |
| | INSS | 34.682,45 | 416.189,40 | | | |
| | FGTS | 12.331,55 | 147.978,60 | | | |
| | Total Diretoria Executiva (5 Diretores) | 379.156,70 | 2.515.176,85 | | | |
| CA | Honorário Conselho de Administração (6 | 18.034,86 | 216.418,32 | | | |
| | INSS CA | 4.057,86 | 48.694,32 | | | |
| | Total Conselho de Administração (6 CA) | 22.092,72 | 265.112,64 | | | |
| | Honorário Conselho Fiscal (3 CF) | 9.017,43 | 108.209,16 | | | |
| CF | INSS CF | 2.028,93 | 24.347,16 | | | |
| | Total Conselho Fiscal (3 CF) | 11.046,36 | 132.556,32 | | | |
| COAUD | Membros do Comitê de Auditoria (3 COAUD) | 12.488,40 | 149.860,80 | | | |
| | INSS COAUD | 2.809,89 | 33.718,68 | | | |
| | Total do Comitê de Auditoria (3 COAUD) | 15.298,29 | 183.579,48 | | | |

Fonte: Departamento de Recursos Humanos - DERHU

3.9 - IMPACTOS ECONÔMICO-FINANCEIROS DA OPERACIONALIZAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

O impacto das atividades da CPRM é variado e melhor apresentado quando organizado por suas grandes áreas de atuação:

3.9.1 - LEVANTAMENTO GEOLÓGICO, GEOQUÍMICO E GEOFÍSICO DO TERRITÓRIO BRASILEIRO

A ampliação do conhecimento geológico do país é essencial para promover novas descobertas minerais, colaborando para a expansão da contribuição da mineração ao PIB brasileiro, e é fundamental para subsidiar o gerenciamento de recursos hídricos superficiais e subterrâneos; o ordenamento territorial e planejamento da ocupação do solo; a identificação de áreas de risco e prevenção de catástrofes; e as ações que visam a proteção geral do meio ambiente. O levantamento geológico constitui, portanto, uma importante ferramenta de gestão, colaborando substancialmente para o avanço do conhecimento geocientífico e para o desenvolvimento econômico de qualquer nação.

3.9.2 - ÁREAS DE RELEVANTE INTERESSE MINERAL (ARIM)

Os projetos que integram a Ação Avaliação dos Recursos Minerais do Brasil visam estimular a pesquisa e a produção mineral brasileira e se fundamentam em levantamentos geológicos básicos e em estudos de geologia econômica com o uso de técnicas de campo, geofísicas e laboratoriais avançadas. Esses estudos ampliaram as possibilidades de pesquisa e exploração mineral, descortinando ambientes geológicos favoráveis para mineralizações, incluindo a identificação de novas ocorrências minerais. Esse elevado aporte de dados aumentou a potencialidade de várias áreas, com a tendência de diminuir, nos curto e médio prazos, o risco para o investidor do setor mineral.

Os Mapas de Potencialidades, os Informes de Recursos Minerais (IRM) e de Insumos para Construção Civil produzidos no ano de 2020 estão disponíveis no Acervo Digital do SGB/CPRM e contabilizados nas metas do Plano Estratégico e metas do PPA.

3.9.3 - RECURSOS MINERAIS ESTRATÉGICOS E AGROMINERAIS

Segundo o Plano Nacional de Mineração 2030-PNM-2030, o conceito "mineral estratégico" sempre esteve associado a objetivos políticos dos países hegemônicos. Atualmente o termo é usado, *lato sensu*, como sinônimo de recurso mineral escasso, essencial ou crítico para um país. O Comitê Interministerial de Análise de Projetos de Minerais Estratégicos (CTAPME) elencou os minerais de acordo com os critérios de que constam no Decreto nº 10.657, de 24 de março de 2021 e, alinhado a este, o entendimento de mineral estratégico no PNM-2030 faz referência a três situações:

 A primeira refere-se ao bem mineral do qual o Brasil depende de importação em alto percentual para o suprimento de setores vitais de sua economia. Como exemplos podem ser citados os recursos minerais utilizados na fabricação de fertilizantes: Fosfato, Potássio, Nitrogênio.

- Uma segunda situação é a dos minerais que deverão crescer em importância nas próximas décadas por sua aplicação em produtos de alta tecnologia. Como exemplos podem ser citadas as terras raras, o lítio, o cobalto, o tântalo, entre outros denominados de materiais "portadores do futuro". A produção mundial desses minerais se dá em quantidades da ordem de dezenas de milhares de toneladas, com alto valor unitário.
- A terceira situação é aquela em que o país apresenta vantagens comparativas em determinados recursos minerais, essenciais para sua economia pela geração de divisas.
 O ferro e o nióbio são exemplos típicos de recursos minerais essenciais, pelo forte impacto na economia, resultante da evolução ou involução da demanda mundial e dos preços.

A CPRM vem realizando o levantamento das potencialidades do país em minerais industriais, notadamente os agregados para construção civil, rochas ornamentais, além dos insumos minerais para uso no agronegócio (potássio, fosfato, agro minerais).

Os minerais usados nas fontes de energia (baterias) e de uso na indústria tecnológica, como nióbio, grafita, lítio e cobalto, entre outros minerais críticos tiveram atenção especial, além dos trabalhos de pesquisa e estudos laboratoriais para minerais de argila, em apoio à indústria cerâmica, rochas carbonáticas, gipsita e zeólitas.

No sítio eletrônico do SGB/CPRM (http://www.cprm.gov.br), está publicada a relação dos minerais estratégicos para o Brasil, organizada por grupos: A lista completa foi publicada no Diário Oficial da União, através da Resolução nº 2 de 18 de junho de 2021.

3.9.4 - GEOLOGIA MARINHA PARA SUBSIDIAR A POLÍTICA NACIONAL PARA OS RECURSOS DO MAR

A CPRM participa ativamente como integrante do Grupo Técnico do LEPLAC que objetiva estabelecer o limite exterior da plataforma continental, além das 200 milhas náuticas da Zona Econômica Exclusiva (ZEE), com base na aplicação dos critérios do artigo 76 da Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), e como Coordenadora Operacional do PROAREA e do REMPLAC. Dentre a publicação de vários artigos geocientíficos, destaca-se a incorporação da área da Elevação do Rio Grande, o que representa um acréscimo de 960.000 km² à área de soberania brasileira. Além dessa grande relevância, também incluiu o Brasil em um seleto grupo de países que estão na vanguarda das pesquisas minerais dos oceanos.

Essa linha de atuação tem o objetivo de produzir informações geológicas de caráter técnico, econômico e ambiental, necessárias para subsidiar a tomada de decisão por parte de empresas, públicas e privadas, e órgãos governamentais brasileiros, contribuindo para o desenvolvimento de atividades de exploração mineral e gestão ambiental da Zona Costeira, da Plataforma Continental Brasileira e de Áreas Internacionais Adjacentes.

3.9.5 - MONITORAMENTO HIDROLÓGICO E HIDROGEOLÓGICO

O monitoramento hidrológico de (águas superficiais) e hidrogeológico (águas subterrâneas) é realizado pelo SGB/CPRM por meio da operação da Rede Hidrometoeorológica Nacional (RHN) e da Rede Integrada de Monitoramento das Águas Subterrâneas (RIMAS). No intuito de subsidiar os instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos e garantir efetividade na gestão e no

aproveitamento racional das águas no Brasil, é indispensável manter uma rede de monitoramento hidrológico com o objetivo de gerar dados de precipitação, níveis e vazões dos rios, evaporação, sedimentometria e qualidade de água. Uma visão sistêmica da hidrologia é cada vez mais necessária para enfrentar os desafios relacionados com a gestão das águas. Neste sentido, estão sendo desenvolvidos, em parceria com a Agência Nacional das Águas – ANA, estudos para gestão integrada das águas superficiais e subterrâneas nas bacias pilotos de Verde Grande e Carinhanha, integrantes da bacia do rio São Francisco.

Em 2020, a despeito da pandemia da COVID-19, as operações dos sistemas de alerta hidrológico não sofreram solução de continuidade, dado que tais atividades foram consideradas como **serviços essenciais** e equipes emergenciais deram assistência às estações telemétricas que compõem os citados sistemas.

Dentre os eventos especiais ou marcantes destacam-se:

- As cheias históricas nas bacias hidrográficas: Doce, Velhas, Muriaé, Pomba, Taquari e Caí.
- Boletins com previsões de níveis No total foram enviados 373 boletins de monitoramento e 659 boletins de alerta hidrológico, durante o ano de 2020, para:
- Estiagens severas, decorrentes de poucas chuvas, ocorridas nas bacias dos rios Madeira e Pantanal, fizeram com que os rios das bacias do Paraguai e Madeira atingissem níveis mínimos, batendo recordes históricos.
- Foram monitoradas estiagens nos cursos de água localizados na área de atuação da Superintendência Regional de São Paulo, resultando na produção de um boletim e dois relatórios.

3.9.6 - AMPLIAÇÃO DO CONHECIMENTO E DA OFERTA HÍDRICA DO PAÍS

A intensificação dos eventos hidrológicos críticos (secas e inundações) tem impactado o desenvolvimento do país, refletido no setor produtivo e social. O SGB/CPRM desenvolve um programa de geração e difusão de conhecimento hidrológico, com ações envolvendo o levantamento básico de informações, a administração de bases de dados, a pesquisa e estudos interpretativos que tenham reflexos positivos para os setores produtivo e social.

3.9.7 - LEVANTAMENTO DA GEODIVERSIDADE

O objetivo principal destes estudos é oferecer o conhecimento geológico-científico, aplicado nas áreas de: construção civil, agricultura, recursos hídricos, recursos minerais, regiões costeiras, gestão territorial e geoturismo, atendendo às demandas e carências de regiões metropolitanas e outras áreas. É uma ferramenta de fácil uso para gestores públicos, órgãos e associações de classe da iniciativa privada e a população na tomada de decisões relacionadas ao uso sustentável dos territórios e seus recursos, assim como na indicação de estudos mais detalhados e específicos.

3.9.8 - ALERTAS E PREVENÇÃO DE DESASTRE NATURAIS

Os danos materiais e o número de vítimas são reduzidos mediante alertas precoces e ações preventivas que permitam a evacuação da população ameaçada com a devida antecedência.

A CPRM opera atualmente 14 (quatorze) sistemas de alertas hidrológicos que beneficiam mais de 7 (sete) milhões de pessoas. Os sistemas disponibilizam em tempo real dados e previsões dos níveis dos rios para locais de risco para inundação que auxiliam na prevenção de danos em eventos de cheias e inundações.

Como integrante do Plano Nacional de Gestão de Riscos e Resposta aos Desastres Naturais, (PNGRRDN), o levantamento realizado pela CPRM em conjunto com as Defesas Civis tem por objetivo apontar à própria Defesa Civil e aos gestores municipais, estaduais e federais, as áreas classificadas com grau alto e muito alto em relação ao risco geológico (deslizamento e inundação). A classificação é realizada em função da quantidade e intensidade dos indícios observados em campo e análise de histórico de ocorrência de desastres. Nesse contexto, as áreas de risco geológico se restringem às regiões atualmente ocupadas e, portanto, são constituídas por uma ou mais edificações propensas a serem atingidas e danificadas por um dado evento geológico, seja ele natural ou induzido por ações humanas. Cerca de 5 milhões de pessoas encontram-se nessas áreas de risco.

3.9.8.1 - AÇÃO EMERGENCIAL DE RISCO GEOLÓGICO EM MACEIÓ

Em 2020, o SGB/CPRM prestou apoio técnico à Defesa Civil de Maceió e ao Ministério Público de Alagoas, analisando em conjunto os dados técnicos e auxiliando na definição de linhas de ações prioritárias, visando contribuir para o planejamento das ações em curto e médio prazo no que se refere à prevenção de desastres da área afetada.

Os dados da ação emergencial estão disponíveis para consulta pública no portal do SGB/CPRM em:

Ação Emergencial no Bairro Pinheiro (Maceió, AL)

http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Geologia-Aplicada/Acoes-Especiais/Acao-Emergencial-no-Bairro-Pinheiro-%28Maceio%2C-AL%29-5344.html.

3.9.8.2 - CURSO DE CAPACITAÇÃO DE TÉCNICOS MUNICIPAIS NA GESTÃO DE RISCOS GEOLÓGICOS

Os cursos são compostos por aulas teóricas e práticas, ministrados por técnicos do SGB/CPRM e instituições convidadas, como o Corpo de Bombeiros, Universidades e órgãos ambientais. Neste exercício, foram oferecidos nove cursos de capacitação na modalidade Ensino à Distância (EAD), organizados em parceria com a Universidade Federal de Ouro Preto-MG e as Defesas Civis dos estados do Espírito Santo, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e São Paulo, totalizando 325 técnicos capacitados.

3.9.9 - RECUPERAÇÃO AMBIENTAL - BACIA CARBONÍFERA DE SANTA CATARINA

No que diz respeito à recuperação e monitoramento ambiental de áreas degradadas de natureza especial, desde 2013 a CPRM vem atuando no âmbito da Ação Civil Pública nº 93.8000533-4, que tem como objetivo a recuperação ambiental das áreas degradadas pela mineração do carvão no sul de Santa Catarina. Por designação do Ministério de Minas e Energia – MME, são implementados serviços e obras de engenharia para a recuperação dos passivos ambientais de extintas empresas, totalizando 1.001,09 ha de áreas mineradas a céu aberto e 129,54 ha de área minerada por lavra subterrânea.

A Portaria nº 303, de 13 de agosto de 2020 do MME, instituiu o Comitê Técnico de Acompanhamento da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina – CT Bacia Carbonífera com a finalidade de supervisionar as ações relativas ao cumprimento da sentença judicial, no âmbito da Ação Civil Pública nº 93.8000533-4. O Comitê – CT Bacia Carbonífera é integrado pelos representantes dos seguintes órgãos e entidades públicas:

- Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral SGM, que o presidirá;
- Agência Nacional de Mineração ANM; e
- Serviço Geológico do Brasil CPRM.

E serão convidados a participarem de reuniões específicas do CT Bacia Carbonífera, sem direito a voto, representantes, titulares e suplentes, dos seguintes Órgãos e Entidades:

- Advocacia-Geral da União AGU;
- Ministério da Economia ME;
- Ministério do Meio Ambiente MMA; e
- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis IBAMA.

Em 2020, foram liquidados o total de R\$1,9 milhão na implementação da Recuperação Ambiental da Bacia Carbonífera de Santa Catarina.

3.9.10 - PATRIMÔNIO GEOLÓGICO NACIONAL

O SGB/CPRM vem tendo expressiva atuação na identificação de sítios e paisagens geológicas que, por serem especialmente notáveis e importantes em âmbito nacional e internacional, principalmente, aqueles que guardam registros sobre a evolução (rochas, minerais, fósseis) do planeta Terra, podem ser indutores de desenvolvimento local e regional, notadamente baseado em turismo e cadeias produtivas associadas. Na medida em que são identificados os sítios e locais considerados Patrimônio Geológico Nacional, a abordagem se desdobra ainda na promoção da educação geocientífica e ambiental e no suporte para ações de geoconservação. O Patrimônio Geológico é o registro de feições da geodiversidade representadas por sítios geológicos que retratam a memória geológica do país com potencial de uso educacional, turístico e cultural.

Em 2020, um especial esforço foi empregado na qualificação do conteúdo cadastrado de Sítios Geológicos do Brasil, buscando-se alcançar um nível de confiabilidade e qualidade para as

POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNANÇA CORPORATIVA carta anual 2021 | ano-base 2020

análises iniciais de mérito e de seus diversos desdobramentos. Como efeito, a meta prevista no exercício foi apresentar uma lista de 100 sítios.

3.9.11 - PROGRAMA SGBEDUCA

O Programa SGBeduca promove a divulgação e a popularização das geociências em linguagem acessível e cidadã através de materiais diversos destinados a quatro públicos: crianças, buscando atender ao ensino fundamental; jovens, dirigido ao ensino médio; professores e adultos.



Os atendimentos ocorrem de forma presencial, principalmente em cursos de atualização em geociências para professores, com a doação de coleções didáticas de minerais e de réplicas de fósseis; como também de forma virtual, em palestras para escolas e cursos para professores.

Em 2020, ocorreu o lançamento do site do <u>SGBeduca</u> (http://sgbeduca.cprm.gov.br/), com a publicação e disponibilização de material geocientífico, desenvolvido em linguagem cidadã para a educação formal e não formal, distribuída em função dos seguintes públicos: crianças, jovens, adultos e professores.

No ano de 2020, um total de 269 trabalhos foram executados, sendo:

- 7 Cursos de atualização, com 178 professores no tema "geologia" e 54 no tema "fósseis";
- · 33 Palestras em escolas;
- 227 Distribuição de coleções didáticas; e
- Exposição a geologia das coisas em parceria com o Geomuseu de Gramado



Preocupado com a qualidade da informação, o SBG/CPRM criou o selo *Conteúdo Mediado por Geocientistas*, que foi registrado no Instituto Nacional de Patentes.

3.9.12 - VISUALIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO CIENTÍFICA - VIC

A mediação científica foi recentemente reconhecida pelo SGB/CPRM como um campo de atividades dentro da área "Pesquisa e Inovação" da empresa. Dentro de um processo de mediação científica, produtos como modelagens conceituais interativas e animações são elaborados e colocados à disposição do público, seja interno ou externo, interessado na difusão do conhecimento geocientífico.

O Programa de Visualização da Informação Científica do SGB/CPRM desenvolve produtos visuais tridimensionais a partir de suas próprias informações científicas. Utilizando elementos da comunicação visual e ferramentas do design gráfico, animações e infográficos geocientíficos são produzidos e direcionados ao público amplo, atendendo diretamente a missão da empresa no âmbito da difusão do conhecimento geocientífico.

Em 2020 foram publicados 21 produtos que estão disponíveis no site do SGB/CPRM e no Youtube, no canal Visualigeo – Visualizando Geociências.

3.10 - COMENTÁRIOS DOS ADMINISTRADORES

Diretoria Executiva

O ano de 2020 caracterizou-se como um ano em que a resiliência foi o atributo maior para o cumprimento de sua missão institucional.

Apesar de muitas perdas devido a COVID-19, inconsoláveis, o SGB/CPRM não parou e prosseguiu com sua missão, cercados dos necessários cuidados em respeito à vida daqueles que fazem o Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM) ser grandioso como é. Aos colaboradores todo o respeito e gratidão por toda a resiliência.

No entanto, o distanciamento social provocou a interrupção dos trabalhos de campo, impactando diretamente toda empresa e provocando uma repactuação de metas⁸, repriorização de atividades e entregas da empresa. Os trabalhos de escritório foram priorizados e possibilitando a conclusão de produtos técnicos, uma vez que as programações de campo foram suspensas. Além disso, no exercício de 2020 foi iniciado o novo Plano Plurianual do governo federal para o período de 2020 a 2023 (PPA 2020 – 2023), com o alinhamento do planejamento estratégico da empresa e integração com as políticas públicas, via ação orçamentária, permitindo efetivar o ciclo orçamentário anual no governo federal: Planejamento, Execução Orçamentária/Financeira, Controle e Avaliação.

Das metas das Ações Orçamentárias do SGB/CPRM que integram PPA no período de 2020, apesar de repactuadas, proporcionaram estudos no âmbito da Geodiversidade, potencialidades para insumos minerais e materiais rochosos para a construção civil e os cursos até então promovidos de forma presencial, que faziam parte da meta pactuada, puderam ser realizados de maneira virtual, o que possibilitou a realização de mais cursos que o previsto.

A produção laboratorial para atendimento de demandas da ANM e aos projetos do SGB/CPRM, embora trabalhando com dificuldades, principalmente, logísticas e não podendo contar com toda a força de trabalho, ao final de 2020 a produtividade voltou a níveis muito próximos aos de antes da pandemia.

A Ação Orçamentária para os Levantamentos Aerogeofísicos (4872), foi desativada do Sistema Federativo de Planejamento e Orçamento – SIOP por falta de orçamento disponível em 2020 e assim, não foi realizada neste ano. Os levantamentos geoquímicos da Ação Orçamentária 2399 não apresentaram avanços por dependerem de atividades de campo, suspensos devido a pandemia.

Também devido à redução de 40% do orçamento em 2020 e à pandemia do COVID-19, algumas atividades e metas pactuadas pelo SGB/CPRM foram prejudicadas pela impossibilidade de

- 36 -

⁸ O balanço anual do ano de 2020 do Planejamento Estratégico do SGB-CPRM, apresenta, nas páginas 11 à 14, os valores pactuados e repactuados, disponível em http://200.130.15.103/publique/media/transparencia/balanco2020.pdf

realização de trabalho de campo. Considerando a retomada de algumas atividades campo no segundo semestre, verificou-se uma melhoria no desempenho, mas que não contemplou a total execução das metas inicialmente pactuadas ou mesmo repactuadas em casos específicos.

Considerando a relevância dos produtos gerados para um vasto espectro de atividades, torna-se necessária a manutenção das condições essenciais para o bom funcionamento do SGB/CPRM. Nesse aspecto, destaca-se a importância da garantia dos recursos orçamentários demandados para o período do próximo PPA, e aderentes à capacidade operacional da empresa. Apenas desta maneira será possível que o SGB/CPRM execute plenamente sua missão de gerar e disseminar conhecimento geocientífico com excelência, contribuindo para melhoria da qualidade de vida e desenvolvimento sustentável da sociedade brasileira.

4 - GOVERNANÇA CORPORATIVA

A estrutura da Governança do SGB/CPRM é composta pelos seguintes órgãos estatutários: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Comitê de Auditoria (Coaud) e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração e pelas seguintes unidades internas de governança: Corregedoria, Ouvidoria, Auditoria Interna e um departamento de Governança, composto por Gestão de Riscos e Integridade e Controles Internos e Conformidade. As instâncias internas de apoio à governança realizam a comunicação entre as partes interessadas e auditorias.

A Assembleia Geral é o órgão máximo do SGB/CPRM, com poderes para deliberar sobre todos os negócios relativos ao seu objeto e as competências de todos esses órgãos encontram-se no Estatuto Social da Empresa.

O SGB/CPRM é administrado pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, esta composta por um presidente e quatro diretores. Observadas as normas legais relativas à administração pública indireta, os administradores deverão orientar a execução das atividades da CPRM com observância dos princípios e das melhores práticas adotados e formulados por instituições e fóruns nacionais e internacionais que sejam referência no tema da governança corporativa.

Para a prestação de contas à sociedade e cumprindo os requisitos da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/11), assim como da Lei de Responsabilidade das Estatais (Lei nº 13.303/2016), no Decreto nº 8.945 e na Resolução CGPAR nº 5/2015, o SGB/CPRM divulga, em seu portal na internet, os relatórios relativos às suas informações institucionais, receitas e despesas, suas políticas, atas, avaliações de metas e resultados, assim como disponibiliza informações no Portal da Transparência.

As ações da governança corporativa, realizadas em 2020, buscaram o monitoramento e engajamento para cumprimento efetivo do Plano de Implementação da Lei das Estatais e a manutenção dos avanços obtidos no Índice de Governança da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (IG-Sest).

Para atender ao seu objetivo básico, a Governança exercerá supervisão funcional nos assuntos relativos a estruturas de integridade, gestão de riscos, controles e normativos internos; promover práticas e princípios de conduta e padrões de comportamentos; promover o desenvolvimento contínuo dos agentes públicos e incentivar a adoção de boas práticas de governança, de gestão de riscos e de controles internos.

Neste sentido, a Governança do SGB/CPRM atuou de forma a garantir a aderência às regulamentações, leis, códigos, normas e padrões, com vistas à condução das políticas e à prestação de serviços de interesse público, promovendo a integração dos agentes responsáveis pela governança, pela gestão de riscos e pelos controles internos, além de promover a adoção de práticas que institucionalizam a responsabilidade dos agentes públicos na prestação de contas, na transparência e na efetividade das informações.

As instâncias internas de apoio à governança também tiveram papel fundamental na comunicação entre as partes interessadas internas e externas à administração, bem como na implantação das melhores práticas de governança no âmbito da Empresa, dentre elas:

Corregedoria

A Corregedoria integra o Sistema de Correição do Poder Executivo Federal (SISCOR), cujo órgão central é a Corregedoria-Geral da União (CRG). Quanto à vinculação, figura no organograma geral do SGB/CPRM como subordinada ao Conselho de Administração e, como Unidade Seccional, está sujeita à orientação normativa da Controladoria-Geral da União (CGU). O propósito da Corregedoria é a prevenção – que se manifesta por intermédio de projetos e ações de cunho educativo – e a apuração de possíveis irregularidades praticadas no âmbito da empresa, por meio da instauração e da condução de procedimentos correcionais de natureza investigatória ou acusatória.

Em 2020, a Corregedoria recebeu e registrou um total de 17 demandas, das quais 6 em andamento e 11 concluídas. As ações desenvolvidas pela Corregedoria no exercício de 2020 foram pautadas nos instrumentos de gestão correcional estruturados pela CRG, que estabeleceu um novo patamar de atuação das Corregedorias Seccionais.

Programa de Integridade

O Decreto nº 8.420/2015, que regulamentou a Lei Anticorrupção, prevê que todas as empresas, em caso de responsabilização, devem criar um Programa de Integridade ou demonstrar a existência do Programa quando da apuração da responsabilidade.

Um Programa de Integridade é o conjunto de medidas e ações institucionais voltadas para a prevenção, detecção, punição e remediação de fraudes e atos de corrupção. Em outras palavras, é uma estrutura de incentivos organizacionais que visa orientar e guiar o comportamento dos agentes públicos de forma a alinhá-los ao interesse da sociedade.

Canal de Denúncia

A Ouvidoria é o órgão que tem por objetivo básico ser o mediador entre o usuário/cidadão e a organização, recebendo, avaliando e encaminhando as manifestações suscitadas por todos os que se relacionam com a CPRM, devendo balizar suas ações por princípios éticos, morais e constitucionais.

Deve estabelecer canais de comunicação de forma aberta, procurando sempre facilitar e agilizar as demandas da comunidade externa, agindo com transparência, imparcialidade, integridade, ausência de pré-julgamento e de todo e qualquer preconceito, respeitando toda e qualquer pessoa, preservando sua dignidade e identidade, buscando reconhecer a diversidade de opiniões, preservando o direito de livre expressão e julgamento. Este órgão é o competente para receber

POLÍTICAS PÚBLICAS GOVERNANÇA CORPORATIVA carta anual 2021 | ano-base 2020

as demandas, apurar sua fundamentação e buscar solução garantindo o direito de resposta à questão apresentada, no menor prazo, com clareza e objetividade.

Código de Conduta, Ética e Integridade

Instituído a partir das orientações estipuladas pela Comissão de Ética Pública – CEP, e orientado pela Lei nº 1.171/1994, o Código de Conduta, Ética e Integridade da CPRM foi elaborado por sua Comissão de Ética, como um instrumento balizador de valores e princípios que norteiam as condutas pessoal e profissional entre os agentes públicos e desses com a sociedade. O Código de Conduta, Ética e Integridade do SGB/CPRM está disponível no link:

http://www.cprm.gov.br/publique/media/sobre/codigo_etica.pdf?rand=123

5 - MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração da CPRM declara que aprovou, nesta data, a Carta Anual de Políticas Públicas e Governança Corporativa, referente ao exercício de 2021, ano base 2020, em conformidade com a legislação vigente.

Brasília, agosto de 2021.

Conselho de Administração

www.cprm.gov.br

Assessoria de Comunicação Tels: (61) 2108-8400 • (21) 2295-4641 email: asscomdf@cprm.gov.br

Ouvidoria

Tel.: (21) 2295-4697

email: ouvidoria@cprm.gov.br

Serviço de Atendimento a Usuários – SEUS

Tel.: (21) 2295-5997 email: seus@cprm.gov.br





